

A via chilena da contrarrevolução

Marcial Humberto Saavedra Castro¹
Lina María Brandão de Aras²

Introdução

Este artigo aborda as ações impulsadas pelos partidos de oposição chilena, setores empresariais e pelos Estados Unidos destinadas a interromper o projeto político da “*Via chilena ao socialismo*”³ do governo do socialista Salvador Allende com um violento golpe de Estado⁴ liderados pelo general Augusto Pinochet e as Forças Armadas. O processo revolucionário chileno, enquadrado dentro da institucionalidade, representou uma ameaça para as bases do sistema capitalista, para as classes proprietárias chilenas, assim como para os interesses geopolíticos e econômicos dos Estados Unidos diretamente afetados com “*la primera y más importante medida anti-imperialista (...) fundamental para comenzar el proceso de liberación de la economía chilena, (...) la nacionalización completa de la gran minería del cobre*”⁵, e outros ativos sem direito a indenização.

As possibilidades e limites da experiência chilena se deram dentro do contexto internacional marcado pela guerra fria e, a nível continental, sob os efeitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que, após a vitória da revolução cubana, transferiu para o âmbito regional a ideia de “inimigo interno”. A diferença do conceito de guerra fria, que surge após a Segunda Guerra Mundial e teve como fundamento ideológico a bipolaridade entre EUA e URSS, a Doutrina de Segurança Nacional, segundo Comblin (1978), forneceu, além da bipolaridade o conceito de Nação em detrimento do Estado, onde a Nação “*age pelo Estado: como vontade, poder e poderio, ela se exprime pelo Estado. (...) a Nação acrescenta ao Estado os materiais, uma população, um território, recursos, apenas o passivo*”⁶. Em nome da segurança e do combate à infiltração

1 Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia - UFBA

2 Professora do Departamento de História. Universidade Federal de Bahía - UFBA

3 Denomina-se “via chilena ao socialismo” a experiência política no Chile da conquista de um governo socialista pela via eleitoral e dentro da legalidade democrática. Sobre o tema ver: ALMEIDA, Clodomiro. *Pensando Chile*. Santiago: Terranova, 1986; ALTAMIRANO Carlos. *Dialética de uma derrota: Chile 1970/1973*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1979; CORVALAN, Luis. *Como se dio en Chile la Vía no Armada*. Praga: Editorial Internacional Paz y Socialismo, 1978; GARCIA, Pio; Marini, Ruy Mauro y otros. *¿Por qué Cayó Allende?* Argentina: Periferia, 1974; MOSS, Robert. *El Experimento Marxista Chileno*. Santiago: Gabriela Mistral, 1973, entre outros.

4 Para uma análise mais ampla sobre o golpe de Estado no Chile e o fim da experiência socialista chilena, ver: GONZALES, Ignacio. *El día que murió Allende*. Santiago: Cesoc: 1988; PETER Kornbluh. *Los EE. UU y El derrocamiento de Allende, una historia desclasificada*. Santiago: Ediciones B grupo Zeta: Santiago, Chile, 2003; GARCIA, Pio. *Las Fuerzas Armadas y el Golpe de Estado en Chile*. México: Siglo XXI, 1974, entre outros.

5 RAMOS, Sergio. *Chile: ¿una economía de transición?* Casa de las Américas, 1972, Habana, Cuba, p. 307.

6 COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional – O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 28.

comunista se relativizam garantias, direitos políticos e liberdades transformando cada cidadão em potencial ameaça para a sociedade.

Em consonância com essa realidade, desde a segunda metade de 1960 crescia o questionamento ao imperialismo estadunidense e às teorias cepalinas, confrontadas a partir da Teoria Marxista da Dependência e dos processos de insurreição no continente⁷, os quais se aproximavam num diálogo convergente com a Teologia da Libertação⁸ e as correntes progressistas católicas. O debate entre “Reforma ou Revolução” adquiria robustez e se disseminava em diversos espaços, como o político, econômico, acadêmico e religioso, questionando o modelo econômico vigente incapaz de atender às demandas mais urgentes da população e, em paralelo, encorajando a via insurrecional como o caminho mais expedito para a solução dos problemas da região.

Nesse contexto latino-americano, o dia 4 de setembro de 1970, se celebraram as eleições presidenciais no Chile dando a maioria relativa ao candidato do Partido Socialista (PS) Salvador Allende. Entretanto, de acordo com a Constituição esse resultado deveria ser consagrado pelo Congresso Pleno⁹, o qual se reuniria no mês de outubro desse mesmo ano para dirimir o impasse, cuja posse definitiva se celebraria o dia 4 de novembro. Esse processo requereu uma longa negociação política, dentro e fora do Congresso, para conseguir o apoio necessário para ratificar a vitória, cuja confirmação deu-se no dia 24 de outubro, proclamando Salvador Allende presidente do Chile para o período de seis anos, do 4 de novembro de 1970 até o 3 de novembro de 1976.

Os derrotados nas eleições, o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Nacional (PN)¹⁰, assim como os setores conservadores do país que viram como seus candidatos ficavam fora da disputa, receberam o triunfo de Allende com acentuada apreensão e começaram a confabular para evitar a posse do novo presidente. Adquiria corpo entre eles a ideia de que não podiam entregar o governo de forma indolente a um presidente marxista que triunfava junto com o Partido Comunista, um dos pilares da sua vitória. Portanto, a tradicional oligarquia política chilena:

7 BAMBIRRA, Vânia. *Diez años de insurrección en América Latina* v. 1. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1972.

8 Sobre a Teologia da Libertação podem consultar-se as seguintes obras: COMBLIN José. *Théologie de la Révolution*. Paris, Universitaires, 1970; GUTIERREZ Gustavo. *Teología de la liberación*. Lima: Perspectivas/Centro de Estudios y Publicaciones, 1971; BOFF Leonardo. *Jesús Cristo libertador*. Ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo. Petrópolis: Vozes. 1972; RICHARD Pablo. *Cristianos por el socialismo. Historia y documentos*. Salamanca: Sígueme, 1976; ROMERO, Galdámez, A. Óscar, Damas, Arturo Rivera, et al. *Iglesia de los pobres y organizaciones populares*. UCA Editores, San Salvador, 1978, entre outras.

9 A Constituição Chilena do período contemplava a possibilidade de que, numa disputa presidencial, nenhum dos candidatos obtivesse a maioria absoluta, o Congresso Pleno, (uma sessão conjunta entre o Senado e a Câmara de deputados) deveriam realizar uma eleição entre as duas primeiras maiorias.

10 Nas eleições do 4 de setembro de 1970, além do candidato socialista Salvador Allende, participaram do pleito eleitoral Jorge Alessandri Rodríguez, ex-presidente do Chile entre 1958 e 1964, empresário e engenheiro chileno, deputado, senador e ministro de Estado; e Radomiro Tomic Romero, advogado e político do Partido Democrata Cristão, deputado, senador da república e embaixador do Chile nos Estados Unidos ante a Organização das Nações Unidas (ONU).

No podía dejarse arrebatarse el gobierno sin resistencia y desató el terror financiero, que recibió inmediato estímulo de parte del gobierno. Los grandes empresarios despedían trabajadores, suspendían las compras, detenían la producción, paralizaban las entregas de materias primas, cortaban las ventas a plazo y, desde los bancos por ellos controlados, cortaban la concesión de créditos. (...) La campaña tenía por objetivo unir contra Allende y la UP a todos los “demócratas” – especialmente a la derecha y a la Democracia Cristiana – para salvar a Chile de la “tiranía comunista”.¹¹

A “via chilena ao socialismo” postulada por Allende “*significava substituir a propriedade privada dos meios de produção pela propriedade estatal, convertendo o Estado no principal agente econômico*”¹², utilizando os instrumentos legais e a institucionalidade vigentes no país com o objetivo de construir uma plataforma econômica, social e política soberana e independente. Entretanto, durante o seu governo predominou a área de propriedade social composta por empresas estatais, cooperativas e iniciativas de autogestão que se organizaram “*en las fábricas, (...) en el campo, (...) en la poblaciones (...) y en la Central Única de Trabajadores*”¹³, evidenciando um alto grau de organização e de consciência política dos trabalhadores.

Concomitantemente, o projeto político chileno conquistado através do sufrágio universal era uma experiência única no continente, contrariando os referentes clássicos da conquista de um governo socialista pela via armada e despertando os brios revolucionários da esquerda latino-americana. A vitória de Allende era vista como o corolário das lutas que se foram gestando no continente a partir de 1960 mas, ao mesmo tempo, ativou a reação dos interesses da direita chilena e internacional adensando o clima político chileno¹⁴.

Somava-se a essa vitória eleitoral o contexto continental, cercado por regimes militares¹⁵, o que fazia do Chile uma exceção a essa regra, transformando-se num país de asilo para muitos militantes da esquerda latino-americana e de outras latitudes que haviam escapado à repressão em seus respectivos países. Allende e o seu projeto político de transição ao socialismo personificavam a realização dos projetos revolucionários que

11 LABARCA, Eduardo. G. *Chile al rojo vivo*. Santiago: Ediciones Universidad Técnica del Estado, 1971, p.385.

12 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos: Ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.259

13 BITAR, Sergio. CHILE 1970-1973, *Asumir la historia para construir el futuro*. Editorial Pehuén, Santiago de Chile 1995, p.221.

14 O período relacionado com os três anos do governo socialista de Allende, as suas contradições e a reação da burguesia chilena e o capital internacional foi retratado no documentário de Patricio Guzmán “A batalha do Chile”, composta por uma trilogia que ilustra a luta econômica, ideológica e política durante o período.

15 Em 1964, as forças armadas de Brasil haviam deposto João Goulart; em 1966, os militares argentinos haviam deposto o Presidente radical Arturo Illia; no ano de 1968, no Peru, um golpe de Estado liderado pelo general Juan Domingo Alvarado impôs um regime de corte nacionalista; e, em Bolívia, num golpe de Estado deflagrado em 1969, o general Alfredo Ovando Candia comandava os destinos desse país andino.

em diversos países e por diversas vias, se encontravam em andamento ou haviam sido interrompidos por intervenções militares e violentas repressões.

A via parlamentar como primeira tentativa sediciosa

Após as eleições do dia 4 de setembro de 1970 os ânimos se exaltaram entre os grupos político-partidários que haviam disputado o pleito eleitoral e, durante esses dois meses, entre o dia 4 de setembro que marcou o triunfo nas urnas e, o 24 de outubro, data da ratificação pelo Congresso Pleno, o país viveu uma série de tentativas destinadas a impedir o acesso de Allende ao governo. A capital do país, Santiago, “*era un hervidero de conciliábulos, reuniones privadas, rumores, intrigas y manifestaciones públicas*” como conta Juan Bautista Yofré, jornalista e diplomata argentino.¹⁶ O PDC, que tinha maioria no parlamento, decidiu que daria o voto a Allende se ele aceitasse uma lista de “*Garantias Constitucionais*”, composta por sete pontos que incluíam temas sensíveis como: partidos políticos, meios de comunicação, direito de reunião e de liberdade pessoal, Forças Armadas, direito de associação e de agremiação e, por último, o direito de reivindicação e de greve.

Em paralelo ao desenlace parlamentar, a representação diplomática Argentina em Santiago do Chile informava ao governo do seu país, a modo de alerta, as atividades de três grupos específicos que realizavam preparativos com finalidades contrarrevolucionárias:

“Los Cuervos Rojos”. N.E.CH (“No entreguemos Chile”). “Grupo de características nazis. Distribuidos de acuerdo a los distritos electorales de Santiago, con militares retirados en sus dirigentes y jefes de grupo. Se encuentran en contacto con el general Viaux”.

“Comité Viauxista. Grupo formado a raíz de los sucesos del Tacna, que en estos momentos se dedica a la propaganda del general mencionado. Trata por todos los medios de aglutinar en torno al mencionado jefe a todos los restantes movimientos dispersos”.

“Movimiento Anticomunista Nacional” (MAN). Actúa en apoyo de “Patria y Libertad”, pero con las tareas de terrorismo necesarias para crear un clima de caos en Chile que decida a las Fuerzas Armadas a actuar. (...) Adoptaron la sigla BOC (“Brigadas Obrero Campesinas”) para despistar a la policía”¹⁷.

Contudo, a diplomacia argentina não era a única preocupada com a vitória eleitoral do candidato socialista e a possibilidade de ser consagrado pelo Congresso, Brasil recebeu diversos telegramas desde a sua Embaixada em Santiago que, segundo Simón (2021), “*concluían que os velhos partidos da direita chilena, embora abertamente simpáticos ao regime vizinho instaurado em 1964, eram incapazes de reverter a guinada à esquerda em seu país*”¹⁸. A partir dos primeiros meses após o golpe de 1964, o governo militar brasileiro informou diuturnamente sobre a contingência

16 Yofré, Juan Bautista. *Misión Argentina en Chile (1970-1973). Los registros secretos de una difícil gestión diplomática*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2000, p.88.

17 Nota “Secreta” Nº 354, del 8 de octubre de 1970. In: Yofré, 2000, op. cit, p. 95

18 SIMÓN, Roberto. O Brasil contra a Democracia. Cia das Letras, 2021, p.16.

política chilena através do Centro de Informações do Exterior (CIEX)¹⁹, vinculado ao Itamaraty, organismo que também se encarregou de monitorar os passos dos brasileiros exilados em território chileno que chegaram ao Chile após o golpe que derrubou João Goulart.

As preocupações pela política chilena e o triunfo de um presidente marxista também alarmaram o governo dos EUA que, desde o início da década de 1960, se esforçava para evitar a influência de Moscou e do seu aliado cubano no Chile. Para impedir a vitória nas urnas de Salvador Allende foram desencadeados diversos operativos destinados a provocar uma guerra psicológica e de propaganda. Desse modo, se buscava desestabilizar política e economicamente a sociedade chilena criando um ambiente propício para a sedição.

À trama para impedir que Allende fosse ratificado pelo Congresso Pleno de Chile se incorporaram, além dos grupos de empresários e da oposição chilena, as grandes corporações estadunidenses. Uma das protagonistas dessa trama foi a *International Telephone & Telegraph Corporation* (ITT)²⁰, um conglomerado empresarial estadunidense que controlava 70% da telefonia chilena, uma rede de hotéis, a distribuição de eletricidade e o principal financiador do jornal conservador chileno mais tradicional do país, “*El Mercurio*”. No âmbito chileno, o empresariado e os proprietários de terras se inclinavam favoravelmente à candidatura de Alessandri, que não representava uma ameaça para a reforma agrária nem para a estatização do setor produtivo nacional, perspectiva que convergia com os interesses das empresas estadunidenses dispostas a fazer de tudo para impedir que o candidato socialista triunfasse e levasse adiante seu programa de nacionalização dos recursos do país. Por esses motivos:

A ideia de golpe de Estado, na eventualidade de que Alessandri não ganhasse o pleito, já estava em gestação nas cabeças de Nixon e de Kissinger, daí por que preferiam financiar a campanha de *spoiling operations* contra a UP, sem se comprometer com a candidatura de Alessandri, que, tanto como a de Tomic, parecia inviável.²¹

O Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos seguia atentamente os passos de Salvador Allende como senador da República e ativo militante do Partido Socialista. Em 1967 Allende havia participado como um dos fundadores da Organização de la Solidaridad Latino-americana (OLAS), encorajando aos grupos revolucionários do continente a desencadear uma luta armada contra o imperialismo estadunidense. Nessa

19 Sobre o CIEX, ver: PENHA FILHO, Pio. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): O elo perdido da repressão, Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/87>>; PENNA Filho, Pio. Integração Perversa: Exílio, Espionagem e Repressão no Cone Sul (1966-1978). Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

20 Sobre o papel da ITT, ver: *Los Documentos Secretos de la ITT y la República de Chile*. Santiago de Chile: Editora Quimantú, 1972; Sampson Anthony. *El Estado Soberano de la ITT*. España: Círculo de Lectores, 1975; Gregorio Selser. *Una empresa multinacional. La ITT en los Estados Unidos y en Chile*. Buenos Aires: Granica Editor, 1974.

21 BANDEIRA, op. cit, pag. 145.

ocasião, Allende havia criticado severamente as posturas reformistas de alguns partidos da esquerda da região declarando que “*la lucha armada revolucionaria constituye la línea de acción fundamental para la revolución latino-americana*”.²²

Com esses antecedentes em mãos, EUA e a Central de Inteligência Americana (CIA) planejaram uma forma efetiva de impedir que o Congresso ratificasse a Salvador Allende como presidente da nação. Dias após a eleição no Chile, o presidente estadunidense, Richard Nixon, ordenava para Richard Helms, chefe da CIA, os passos necessários para remover a Allende do governo, independente do custo econômico e dos efeitos desastrosos para a vida dos cidadãos chilenos, já que: “*Si hubiera una oportunidad en diez para librarnos de Allende, deberíamos probarla: Si Helms necesitaba los millones, él lo aprobaría. El programa de ayuda a Chile sería interrumpido; su economía debía ser exprimida hasta que gritase*”.²³

Desse modo se deu início a duas operações, que receberam a denominação de Track I e Track II. A primeira objetivava subornar políticos da DC e do PN para que eles votassem na segunda maioria relativa dos sufrágios, ou seja Jorge Alessandri, este, após assumir, renunciaria deixando livre o cargo para um novo mandato de Frei que por lei não poderia se reeleger. A segunda, das operações incluía uma campanha de terror econômico que incluía a retirada de divisas do país, o abandono de empresas e a paralização de indústrias para fomentar o medo da ameaça comunista em território chileno e desatar uma intervenção militar.

Setores da DC previam que ao votar por Alessandri – (Track I), estariam desprezando a vontade popular de um terço do eleitorado que havia votado por Allende e chancelando que, “*la vía electoral estaba cerrada para ellos y que, más bien, deberían pensar en la violencia y en la ruta de la insurrección*”²⁴. Era uma disjuntiva difícil para os partidários da DC, ferrenhos defensores dos valores democráticos e das tradições políticas chilenas, pois romper com as normas e ritos parlamentares significava negar a sua própria história.

A segunda opção planejada pelos Estados Unidos, o Track II: “*tenía como objetivos identificar a cualquier oficial chileno, en servicio activo o en retiro, dispuesto a liderar un golpe militar violento, y proporcionar todo incentivo, fundamento, dirección, coordinación, equipo y financiamiento necesarios para provocar con éxito el derrocamiento de la democracia chilena*”.²⁵ Fracassado o Track I, da via parlamentar restava a alternativa militar, o Track II, e o clima de insegurança propício como preâmbulo para a ruptura institucional. Entretanto, para o sucesso dessa ação, os sediciosos deveriam superar um obstáculo ao interior da instituição militar que parecia inabalável, remover a neutralidade das forças Armadas e o seu comandante em chefe do Exército, René Schneider, que era ferrenho opositor da ingerência do Exército na política e a sua utilização objetivando alterar o marco legal e constitucional do país.

22 KISSINGER, Henry. *Mis Memorias*. Buenos Aires: Editorial Atlántida, 1979, p. 456.

23 Idem, p. 468.

24 ORREGO, Claudio. La Elección de 1970, In: *Política y Espíritu*, N. 332, mayo de 1972, p.17.

25 KORNBLUH Peter, *Los EEUU y el derrocamiento de Allende*. Una historia desclasificada. Santiago do Chile: Ediciones B, 2003, p. 35

Meses antes da eleição de setembro, Schneider explicitou a postura institucional numa entrevista para o jornal o *El Mercurio* afirmando que, “*El Ejército es garante de una elección normal, de que asuma la Presidencia de la República quién sea elegido por el Pueblo*”²⁶, declaração esta que posteriormente se daria a conhecer pela denominação de “Doutrina Schneider”. A trama sediciosa considerava que o sequestro de Schneider provocaria uma comoção nacional, Frei implantaria um governo de emergência com os militares deixando o caminho aberto para um “Golpe branco”. Entretanto, o sequestro foi mal-sucedido resultando na morte do comandante René Schneider além de evidenciar o fracasso do Track II e o envolvimento de grupos de ultradireita na trama conspiratória²⁷.

A primeira tentativa contrarrevolucionária ficava a descoberto e serviria como aviso para o governo de Allende, uma vez que grupos sediciosos da direita chilena se somavam a militares aposentados. Após esse trágico desenlace, o general Carlos Prats assumiu o lugar de Schneider, reiterando o caráter constitucional das Forças Armadas e diluindo qualquer aventura golpista. Nesse clima de ameaças explícitas, o Congresso Pleno referendou a vitória de Salvador Allende como o novo presidente chileno para o período de seis anos (1970-1976).

Uma vez empossado, Allende deu início ao seu programa de governo de acordo com as diretrizes estabelecidas em campanha. No seu primeiro discurso de abertura no Congresso Pleno, em 21 de maio de 1971, o Presidente dava a conhecer as linhas mestras da “via chilena ao socialismo”, explicitando que: “*No existen experiencias anteriores que podamos usar como modelo; tenemos que desarrollar la teoría y la práctica de nuevas formas de organización social, política y económica tanto para la ruptura con el desarrollo como para la creación socialista.*”²⁸

Desse modo, nas palavras do governante, o desafio requeria um esforço inédito para mudar a arquitetura política econômica e social do país, acrescentando que: “*Chile se encuentra ante la necesidad de iniciar una manera nueva de construir la sociedad socialista: la vía revolucionaria nuestra, la vía pluralista, anticipada por los clásicos del marxismo, pero jamás completada (...) Chile es hoy la primera nación de la tierra llamada a configurar el segundo modelo de transición a la sociedad socialista.*”²⁹

O primeiro desafio do governo socialista foi instituir as mudanças para superar a dependência econômica e o subdesenvolvimento e empreender o caminho de transição ao socialismo. Todavia, o ato mais significativo e relevante foi a nacionalização dos recursos minerais do cobre, condição *sine qua non* para o caminho soberano e

26 General René Schneider. Entrevista: “La intervención en política está fuera de todas nuestras doctrinas”, *El Mercurio*, 8 de maio de 1970. In: Fariás, Víctor. *La Izquierda chilena (1969-1973)*, tomo 6, p. 342.

27 Entre os envolvidos no atentado estava o ex-general Roberto Viux, o mesmo que havia protagonizado o motim conhecido como o “Tacnazo” ao final do ano de 1969 durante o governo Frei.

28 *Mensaje Presidencial*, 1971. In: Centro de Estudios Latinoamericanos “Salvador Allende”. *Archivo Salvador Allende N° 7*, México, 1988, p.38.

29 *Ibidem*, p. 35-36.

independente que permitiria ter o controle dos recursos econômicos derivados das riquezas nacionais.

Esse momento transcendente trouxe como corolário a negativa³⁰ do governo chileno de indenizar às empresas estadunidenses que exploravam esse minério desde início do século XX, a saber, a Kennecott, Anaconda e Braden Cooper Co. Ao não receber nenhum tipo de compensação econômica pela nacionalização das empresas mineiras, a reação de Washington foi célere e cortou “*sus préstamos, garantías de crédito y ayuda exterior a Chile*”³¹ como represália direta pelas indenizações não pagas. Na mesma época, o Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Henry Kissinger, registrou nas suas memórias as diferenças entre os interesses estadunidenses e o governo do presidente socialista, afirmando que a nacionalização da propriedade não era a maior preocupação do seu governo, senão o fato de que Allende “*reconocía su consagración al marxismo-leninismo totalitario*”³².

Outro fato marcante de 1971 foi a visita do líder cubano Fidel Castro ao Chile, no dia 10 de novembro, onde aproveitou para viajar pelo país de norte a sul se reunindo com trabalhadores, estudantes, movimentos católicos, sindicatos e boa parte da sociedade organizada que apoiava a “*via chilena ao socialismo*”. Nessa viagem, Castro transgrediu o protocolo de uma visita oficial de um mandatário estrangeiro permanecendo no Chile por 23 dias, desde o 10 de novembro de 1971 até o 4 de dezembro do mesmo ano, representando “*la visita más extensa de un político extranjero de la historia de Chile, y probablemente la más controvertida*”³³. Sua presença no país alarmou à oposição e as classes altas e médias que viram, na visita de Fidel, uma clara simpatia do governo de Allende e a possibilidade de que Allende optasse pela construção de um regime comunista em território chileno. Nesses 23 dias do fim do ano de 1971:

Fidel Castro esteve em diversas cidades do Chile, nas quais sempre pronunciou um discurso, para multidões extasiadas, e serviu como pretexto para que os meios de comunicação apresentassem sua visita, em meio a uma enxurrada de insultos e injúrias, como o prenúncio de que o Chile se converteria em uma nova Cuba, com a perda da liberdade política e o fim da democracia³⁴.

O ano de 1971, apesar das conquistas alcançadas e dos resultados favoráveis, se encerrava de forma contraditória com a “*Marcha de las cacerolas*” protagonizada pelas mulheres dos bairros de classe média e alta desfilando com as suas panelas vazias e protestando pelo desabastecimento e os altos preços dos alimentos. Paralelamente, o

30 O dia 28 de setembro de 1971, o presidente Allende decretou que as três principais empresas que exploravam o minério de cobre no Chile seriam nacionalizadas sem receber nenhum tipo de indenização. In: Ramos, Sergio. *Chile: ¿una economía de transición?* Casa de las Américas, 1972, Habana, Cuba, p. 311

31 YOFRÉ, op. cit, p. 211

32 KISSINGER, op. cit, p. 457.

33 FERNANDOIS Joaquim. *Chile y El mundo 1970-1875. La Política Exterior del Gobierno de la Unidad Popular y el Sistema Internacional*: Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1985. (cap.V), 210.

34 BANDEIRA, op. cit, p. 291

PDC dava uma demonstração de força e unidade enquanto partido de oposição, organizando uma massiva concentração no Estádio Nacional.

A sabotagem econômica como segunda via para a sedição

No segundo ano de governo, a oposição iniciou suas atividades formando a Confederação Democrática (CODE), unificando o PDC e o PN, que se apresentaram divididos no pleito de 1970, fato que contribuiu para a vitória da UP. Agora, aproveitando o clima de contradições do governo Allende, se reunificavam configurando uma disputa bipolar entre direita e esquerda. O confronto se estendia às ruas, à imprensa, ao parlamento e, principalmente à economia, que se via afetada pela falta de recursos originados pelo boicote das instituições financeiras e, internamente, pelo desabastecimento e o mercado paralelo induzido pelos produtores locais.

Contudo, o momento mais crítico deu-se em outubro de 1972 com o lockout impulsionado pelos caminhoneiros, liderado pelo seu dirigente León Vilarín, junto com estudantes, comércio varejista, servidores públicos e privados que se estendeu desde o 11 de outubro até o 5 de novembro, com o objetivo declarado de fazer “*intransitable la vía chilena hacia el socialismo*”.³⁵ A paralisação do setor dos transportes provocou o caos no desabastecimento de alimentos, insumos industriais, além de sabotar o setor agrícola nas colheitas programadas para esse início de primavera.

Esse impasse levou o governo de Allende a solicitar a colaboração dos militares para manter a ordem pública, os que posteriormente foram integrados ao gabinete de emergência com o general Carlos Prats como Ministro do Interior. O exército converteu-se na única força capaz de restituir a ordem nesse caos, entretanto, a presença castrense no gabinete aumentou a tensão dentro da aliança governista que viu aos militares como um sério obstáculo para levar adiante as transformações propostas pela “*vía chilena*”.

No meio desse impasse, explicitavam-se as duas posturas políticas que estiveram em disputa durante o governo de Allende, “*a via pacífica*”, defendida por Allende, pelo Partido Comunista e pelo governo da Unidade Popular; e, “*a via armada*”, que contava com a adesão de parte do Partido Socialista, liderada por Carlos Altamirano e pelo MIR. Essas posições evidenciavam as contradições inerentes às perspectivas *gradualista y rupturista*³⁶, presentes no interior da aliança governista.

Essas divergências se expressaram mais tarde em duas teses, sendo que uma era a de “*consolidar para avanzar*”, defendida por Allende, sua administração, assim como os comunistas. Seus defensores buscavam uma interlocução com a DC, com maioria no Congresso e imprescindível para negociar acordos que favorecessem a governabilidade diante do caos econômico, o bloqueio parlamentar e as pressões de dentro e fora do governo. A outra, a de “*avanzar sin tranzar*” era defendida pela corrente de Altamirano e o MIR, que rejeitavam qualquer tipo de negociação com a oposição e instavam seus

35 FONTAINE, Talavera Arturo. Estados Unidos y la Unión Soviética en Chile. *Estudios Públicos*, 72 (primavera 1998).

36 BANDEIRA, op. cit, p.338.

militantes a ocupar as fábricas e as fazendas no interior para acelerar o processo revolucionário esquivando qualquer mediação legal ou institucional.

A presença dos militares no gabinete fez emergir uma nova disputa entre governo e oposição, que criticava ostensivamente a presença e o apoio das Forças Armadas ao poder executivo durante a crise, alegando que Allende e seus partidários buscavam semear a divisão dentro da instituição castrense. Já do lado da esquerda que formava o governo, parte do Partido Socialista liderado por Carlos Altamirano³⁷ e o MIR³⁸, que embora não participasse do governo mantinha uma postura e apoio crítico, crescia o temor de que os militares no poder executivo seriam um sério obstáculo ao processo de construção do socialismo, além de favorecer a ingerência dos militares nos assuntos de governo.

Essa disputa evidenciava duas posturas que foram adquirindo força ao interior do governo de Allende. A “*via pacífica*”, e a “*via armada*”. O debate sobre a “*via*” que o processo político chileno deveria seguir, esteve presente num encontro que o PS havia realizado três anos antes de chegar ao governo. Nesse período, tanto as esquerdas chilenas como as latino-americanas polemizavam sobre as possíveis opções para o acesso ao poder e se fizeram presentes no XXII Congresso de Chillán, em 1967, onde o Partido Socialista chileno sintetizou de forma explícita a via a seguir concluindo que:

A violência revolucionária é legítima e inevitável. (...) Constitui a única via que conduz à tomada do poder político e econômico e à sua ulterior defesa e fortalecimento. A revolução socialista só pode consolidar-se destruindo o aparelho burocrático e militar do Estado burguês. As formas pacíficas ou legais de luta (reivindicatórias, ideológicas, eleitorais) não conduzem por si mesmas ao poder. O Partido Socialista considera-as como instrumentos limitados de ação, incorporados ao processo político que leva à luta armada.
39

As conclusões do XXII Congresso, evidenciavam o descontentamento com as sucessivas derrotas eleitorais da esquerda chilena nos anos de 1958 e 1964, tendo Salvador Allende como candidato. Alguns setores da intelectualidade e da juventude do partido consideravam que Allende não era o político preparado para liderar um processo revolucionário, considerando que havia sido moldado no parlamento e na democracia formal burguesa e, portanto, atrelado à legalidade da mesma.

Por sua parte, a direita chilena e seus interesses nacionais e internacionais se entrincheiravam para uma disputa que anunciava um confronto direto entre duas correntes ideológicas, a saber, capitalismo e socialismo. Prevendo esse enfrentamento,

37 Carlos Altamirano Orrego, advogado, acadêmico, deputado e Senador da República, era à época o Secretário geral do Partido Socialista e um ferrenho defensor da via armada como o caminho mais eficiente para a revolução chilena. Faleceu na cidade de Santiago do Chile, em 19 de maio de 2019.

38 O Movimento da Esquerda Revolucionário (MIR), foi fundado o dia 15 de agosto de 1965, como uma força extra parlamentar e revolucionária, no meio da polarização política que viveu América Latina após a Revolução Cubana. O MIR apostava por um confronto direto com o Estado e com as classes dominantes, diferente do caminho legal e parlamentar que defendiam o Partido Comunista do Chile (PCCh) e o Partido Socialista (PS) do presidente Allende.

39 ALTAMIRANO, op. cit, p.25.

no congresso do PS acabou prevalecendo a tese de que “a *via armada era correta no contexto da nossa realidade*”⁴⁰, pois o sistema institucional vigente mostrava-se incapaz de aceitar a presença da classe trabalhadora nas esferas do governo e do Estado.

Nesse clima de polaridade e de ruptura do centro político, formado pela UP e a DC, o ingresso das Forças Armadas no gabinete permitiu neutralizar as ações sediciosas do *paro* de outubro e restabeleceu o mínimo de normalidade institucional. Nesse ambiente os militares se posicionaram como “*un actor autónomo*”⁴¹ participando do governo até as eleições parlamentares de março de 1973 quando se renovaria totalmente a Câmara dos Deputados e a metade do Senado.

A interlocução do general Prats com os grevistas conseguiu acabar com uma greve que durou 26 dias e evitou a tentativa sediciosa destinada a fomentar uma guerra civil e um golpe de Estado, projeto que naquele momento não contou com o apoio da cúpula militar. Entretanto, para diluir o impasse, Allende “*aceitou inúmeras exigências dos grevistas*”⁴² fragilizando ainda mais sua liderança e transferindo a disputa política para o pleito eleitoral de março de 1973, no qual deveria renovar-se a totalidade da Câmara dos Deputados e a metade do Senado.

A via castrense como o último ato contrarrevolucionário

A greve provocou fraturas sociais e políticas irreconciliáveis tanto de parte da direita e da classe empresarial, como do lado dos trabalhadores e grupos mais radicais da esquerda como o MIR. Esta agrupação inflamava os brios revolucionários dos trabalhadores para que não abandonassem as empresas e fábricas estatizadas ou sob intervenção, fazendo ecoar seu grito de guerra: “*crear, crear, poder popular*” ou “*Pueblo, consciencia y fuzil*”, que adquiriram materialidade na forma de poder popular através dos “*Cordones Industriales*”⁴³.

Do lado oposto, apesar de haver negociado o fim da greve, a direita continuava operando para acirrar o desabastecimento e o mercado paralelo de alimentos e dos produtos de primeira necessidade. O boicote impulsionado pelos proprietários privados da indústria e do setor agrícola teve o apoio do jornal conservador *El Mercurio*, atuando como aliado na primeira linha de combate disseminando notícias que amplificavam a instabilidade e o caos informativo pelo território nacional.

40 Idem, p. 25.

41 BITAR Sergio. CHILE 1970-1973. *Asumir la historia para construir el futuro*. Santiago de Chile: Pehuén, 1995, p.204.

42 BANDEIRA, op. cit, p.387.

43 Diante da ofensiva da oposição na greve de outubro de 1972, os trabalhadores se organizaram assumindo a direção das fábricas estatizadas ou abandonadas pelos patrões, com o intuito de manter a produção configurando-se concretamente em organizações de poder popular, autônomas e independentes do poder executivo, dos partidos e dos sindicatos. Ver: KRIES, Rafael. *Los viejos del cordón industrial*. Fundación CELARG, Caracas, 2013; GAUDICHAUD, Franck. *Poder popular y cordones industriales*. Testimonios sobre el movimiento popular urbano chileno. 1970-1973. Santiago, Lom Ediciones, 2004.

Nesse contexto, a Democracia Cristã, o Partido Nacional e outros partidos que integravam a CODE, concentraram todos os seus esforços para alcançar dois terços ou mais nas eleições parlamentares de março desse ano, resultados que permitiriam aprovar uma acusação constitucional contra o presidente Allende e sua posterior destituição. O resultado deu a maioria parlamentar à oposição obtendo 54% dos votos, (87 cadeiras na Câmara e 30 no Senado), contra os 43,39% da Unidade Popular, (63 cadeiras na Câmara e 20 no Senado). Esse resultado frustrava a possibilidade de obter a maioria necessária no parlamento para destituir legalmente ao Presidente Allende, configurando mais uma frustração na tentativa de removê-lo politicamente do governo.

Para a opinião pública e alguns líderes da oposição, a crise econômica, o desabastecimento, o bloqueio dos recursos econômicos das instituições financeiras impulsionado pelos Estados Unidos e o irreparável prejuízo deixado seriam elementos mais que suficientes para atomizar a base popular do governo socialista. Entretanto, o resultado eleitoral demonstrava que Allende detinha um apoio considerável e, além disso, obtinha uma porcentagem ainda maior que nas eleições presidenciais.

Todavia, esse aumento porcentual no resultado eleitoral da oposição não tirou do horizonte o objetivo principal de destituir o governo popular de Salvador Allende, embora as vias legais parecessem esgotadas. Nesse sentido, a oposição impulsionou uma série de operações consecutivas, que tiveram seu primeiro ato na greve dos mineiros da mina *El Teniente*.

A partir dessa greve se sucedem outros fatos que contribuem para a espiral de confronto político como as mobilizações dos estudantes, de membros da Igreja Católica e de alguns mandos militares contra o projeto de reforma educacional (ENU); a sublevação e tentativa de golpe, no dia 29 de junho de 1973 conhecido como o *Tanquetazo*; a aplicação da *Ley de Control de Armas*⁴⁴; e, por último, a renúncia do General Carlos Prats ao comando do exército chileno.

A sequência de fatos desencadeados no terceiro ano de governo, após as eleições de março de 1973, resultou num verdadeiro laboratório de ensaios político-conspiratórios contra a administração de Allende. A greve dos mineiros da mina *El Teniente*, que se configurou como a primeira greve operária contra um governo que representava a classe trabalhadora, começou o 22 de abril de 1973 e teve uma duração de 76 dias.

A paralisação agravou a crise da economia chilena que dependia essencialmente da produção mineira e que ainda sofria os efeitos da greve de outubro. Além disso, transformou-se no maior problema trabalhista vivido pelo governo de Allende, fato que a direita chilena instrumentalizou habilmente transformando a classe operária numa eficiente arma para seu objetivo contrarrevolucionário.

O projeto de Educação Nacional Unificada (ENU) pretendia democratizar a educação fazendo-a acessível a todos os chilenos. Porém, essa iniciativa desatou a

44 A lei nº 17.798, de controle de armas, do 05 de abril de 1972, estabeleceu o controle de armas por membros das forças armadas, contra os cidadãos que portarem, comercializarem ou utilizem para fins violentos e fora da lei. Esta lei foi utilizada pelas forças armadas dias antes do golpe para desarmar aos grupos que apoiavam o governo de Salvador Allende, entretanto, os grupos radicais de direita que possuíam arsenais não foram incomodados.

reação imediata da imprensa conservadora, do PDC, da Igreja Católica, dos estamentos militares e de diversos setores que acusavam o governo de querer o controle marxista sobre a educação, atemorizando a opinião pública com respeito ao projeto do poder executivo. A educação era um valor de grande capilaridade nas diversas camadas da sociedade e a possibilidade de mudanças com caráter ideológico inquietava àqueles que comungavam com o modelo educacional tradicionalmente discriminatório.

Outro fator de instabilidade político institucional foi a tentativa de golpe de Estado, em 29 de junho de 1973, liderado pelo Tenente Coronel Souper, do regimento blindado nº 2, de Santiago. A sublevação foi sufocada pelas tropas comandadas pelo General Carlos Prats, evidenciando que a via castrense estava em marcha e já fazia parte da conspiração contra o governo. A tentativa de golpe de Junho de 1973 evidenciou o protagonismo declarado de militares chilenos e de membros do grupo paramilitar de direita o *Patria y Libertad*⁴⁵.

Posterior a esse frustrado ato golpista, o Congresso acelera a aprovação da *Ley de Control de armas* delegando às forças armadas a requisição de todas as armas em mãos de militantes de esquerda ou de direita que se digladiavam apoiando ou combatendo o governo. Entretanto, as ações se concentraram maioritariamente nos grupos de esquerda, poupando os grupos paramilitares de direita que conspiravam abertamente contra a administração socialista.

Contudo, para alcançar o sucesso contrarrevolucionário e derrubar o governo da Unidade Popular, era necessário remover um último obstáculo: o general Carlos Prats, militar que insistia em manter a postura constitucional das Forças Armadas evitando que membros da cúpula castrense se envolvessem em qualquer aventura golpista. Sua liderança dentro da instituição foi-se debilitando após o protagonismo que teve na participação no governo socialista de Allende pondo fim à greve de outubro e, posteriormente, à sua participação para neutralizar a tentativa de golpe de junho de 1973.

A partir desses fatos, a oficialidade foi retirando o apoio ao general Prats dentro da instituição isolando-o e pressionando-o para aceitar a renúncia do comando do Exército chileno. O detonante para a sua renúncia foi uma discussão que teve na rua com as mulheres dos oficiais que o acusavam de apoiar o governo constitucional, fato que acabou com o militar apontando uma arma para uma mulher. Esse fato isolado foi transformado num escândalo de proporções incontornáveis.

Com a renúncia do Prats, um militar constitucionalista e um sério obstáculo para o projeto contrarrevolucionário da direita e dos militares golpistas, ficou livre o caminho para que os conspiradores executassem o golpe em setembro de 1973, seguros de que não teriam oposição dentro da própria instituição armada. A trama conspiratória foi completada com o sucessor de Prats, o comandante Augusto Pinochet, figura emblemática que personificou o golpe de Estado e os 17 anos de ditadura militar chilena. O dramático desenlace deixou em evidência as próprias contradições da “via chilena ao

45 O grupo *Patria y Libertad*, é um grupo paramilitar de extrema direita, fundado em 1970, na iminência do triunfo de Allende nas eleições desse ano, participando primeiro no atentado que custou a vida ao General Schneider, assim como em diversos atos durante o governo da UP, depois de participar na tentativa de Golpe em junho de 1973, seus líderes se exilaram no Equador.

socialismo” e as limitações de um projeto que pretendia implantar o socialismo na sociedade chilena usando a legalidade burguesa para esse objetivo.

Conclusão

O objetivo político postulado por Salvador Allende e a Unidade Popular de empreender a “via chilena ao socialismo”, dentro dos marcos legais e institucionais que oferecia o Estado democrático e representativo, implicou num projeto revolucionário que desafiava as estruturas da sociedade chilena, os interesses do capital internacional, assim como os modelos referentes da esquerda internacional. Fazer a “revolução” implicava operar, por um lado, mudanças radicais na ordem econômica e social que até então predominava no país e, por outro, orientar as ditas transformações respeitando as normas institucionais do sistema jurídico-político vigente. Essa dualidade representou um grande desafio para um governo que contava com o respaldo do movimento social e dos dois principais partidos de esquerda chilena, o Partido Comunista do Chile (PCCh) e o Partido Socialista (PS), referências históricas das lutas dos trabalhadores desde início do século XX, mas com minoria no Congresso.

A vitória do socialista Salvador Allende representou, após a revolução cubana, um dos momentos mais relevantes da história política de América Latina, cuja experiência confrontou a capacidade de diálogo entre socialismo e democracia, assim como os limites do próprio sistema eleitoral desta última, ancorado na vontade das maiorias. O caminho para a transformação do alicerce econômico e político do país, sem violar as leis e a Constituição, transformou-se no eixo das contradições que acompanharam todo o seu governo contribuindo para o esfacelamento da aliança que levou Allende ao governo em 1970.

Impedir que Allende chegasse ao governo ativou os planos conspiratórios dentro e fora do país. Esses planos foram acionados ainda na administração de Eduardo Frei, cujos esforços se destinavam a evitar o avanço da esquerda chilena nas estruturas governamentais. Em associação com os partidos da direita chilena foram planejando uma arquitetura contrarrevolucionária que começou a operar antes das eleições de setembro de 1970 e foi adquirindo veemência e destemor na medida em que o governo se digladiava internamente e a oposição se fortalecia.

O assassinato de general Schneider, executado por grupos de extrema direita e militares aposentados, foi o preâmbulo para uma série de ações que foram adquirindo robustez na medida em que o governo avançava com as nacionalizações dos recursos naturais, com estatização do setor produtivo e com o avanço da reforma agrária, ações que se enquadravam dentro do projeto de transição ao socialismo postulada por Allende e a Unidade Popular. Politicamente seu projeto teve que lidar com a resistência do parlamento no qual Allende não contava com maioria e, no âmbito econômico, sofreu o bloqueio impulsionado pelos Estados Unidos em retaliação à nacionalização dos recursos minerais explorados pelas suas empresas.

A trama contrarrevolucionária adquiriu caráter irreversível após as eleições parlamentares de março de 1973, momento chave que demonstrou que as vias legais eram ineficazes para remover Allende do governo. Após o frustrado golpe de Estado em junho de 1972, restava remover a última peça do tabuleiro conspiratório, o general constitucionalista Carlos Prats, que impedia transformar as Forças Armadas num

componente imprescindível para ativar a fórmula contrarrevolucionária definitiva e “salvar o país” da ameaça marxista.

No dia 11 de setembro de 1973, o monopólio da força transformou-se na via mais expedita para bombardear a “*via chilena ao socialismo*” e o palácio de *La Moneda* do governo para, posteriormente, incluir o país nos registros sombrios da violência política, à macabra operação Condor e transformar o Chile na principal vitrine do modelo neoliberal imposto após o golpe de Estado liderado pelo general Augusto Pinochet.

Artigo recebido em 31.8.2021

Aprovado em 19.10.2021